



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VALTER NOGUEIRA DIAS

**A SOCIEDADE BRASILEIRA REPRESENTADA NA LETRA DA MÚSICA ÓBITOS,
DE ARNALDO ANTUNES**

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

VALTER NOGUEIRA DIAS

**A SOCIEDADE BRASILEIRA REPRESENTADA NA LETRA DA MÚSICA ÓBITOS,
DE ARNALDO ANTUNES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, campus I, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: Análise do discurso

Orientador: Prof. Me. Michael Gouveia de Sousa Júnior

**CAMPINA GRANDE-PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D541s Dias, Valter Nogueira.

A sociedade brasileira representada na letra da música 'Óbitos', de Arnaldo Antunes [manuscrito] / Valter Nogueira Dias. - 2021.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Michael Gouveia de Sousa Júnior, Departamento de Letras e Artes - CEDUC. "

1. Sociedade política. 2. Estado. 3. Política. I. Título

21. ed. CDD 320

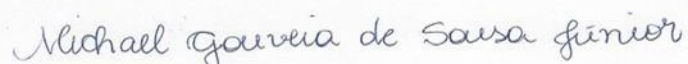
VALTER NOGUEIRA DIAS

A SOCIEDADE BRASILEIRA REPRESENTADA NA LETRA DA MÚSICA ÓBITOS,
DE ARNALDO ANTUNES

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao programa de graduação
de História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de graduação em História.

Aprovado em: 29/09/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Michael Gouveia de Sousa Júnior (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Anselmo Ronsard Cavalcanti
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso.
CF	Constituição Federal.
PIB	Produto Interno Bruto.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	Partido dos Trabalhadores.
TCU	Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	08
	2.1 Discurso	08
	2.2 Ideologia.....	09
	2.3 Sociedade.....	10
	2.4 Estado.....	12
3	METODOLOGIA	13
	3.1 Motivação da pesquisa	13
	3.2 Classificação da pesquisa	13
	3.3 Dados da pesquisa	13
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO	14
5	CONCLUSÃO	16
	REFERÊNCIAS	17
	ANEXO.....	19

**A SOCIEDADE BRASILEIRA REPRESENTADA NA LETRA DA MÚSICA ÓBITOS,
DE ARNALDO ANTUNES
BRAZILIAN SOCIETY REPRESENTED IN THE LYRICS OF THE SONG DEATH,
BY ARNALDO ANTUNES**

Valter Nogueira Dias¹
Michael Gouveia de Sousa Júnior²

RESUMO

A sociedade brasileira, a partir de 2013, vem passando por crises épicas na política que reverbera nos mais diversos aspectos, por exemplo, na economia. Não que nos faltasse crises antes dessa data, mas a peculiaridade é o fato de a sociedade se apresentar cada vez mais polarizada em razão de uma percepção de grupos políticos imersos em crises éticas substanciais, a ponto de construir uma forte rejeição à política como elemento de coesão e solução de conflitos. Diante desse contexto, tivemos como objetivo analisar como a sociedade e o estado brasileiros são representados na letra da música “óbitos” composta por Arnaldo Antunes, lançada em 2015. Para fins metodológicos, utilizamos a abordagem qualitativa da pesquisa, segundo Bogdan e Biklen (1994). Como método de pesquisa, utilizamos o estudo bibliográfico e descritivo, de acordo com Santos *et. al.* (2007), Gerhardt e Silveira (2009), e foi utilizado como *corpus* de análise a letra da música “óbitos”, do álbum “Já É. A análise possibilitou evidenciar que há uma disparidade dentro da sociedade em termos de percepção. Para o autor da letra, os que compõem a sociedade política não representam os que os escolheram para tal, pois suas ações não corroboram necessariamente para e melhoria dos que compõem a sociedade civil, há uma visão que a primeira sempre está pronta a prejudicar a segunda, haja vista os da esfera política estarem representados, pelo autor da letra, de maneira que acaba sempre ajudando a promover a injustiça e a até a morte por meio de suas ações ou omissões no cenário político brasileiro do ano de 2015.

Palavras-chave: Sociedade política; Estado; Arnaldo Antunes; Política.

ABSTRACT

Since 2013, Brazilian society has been going through epic political crises that reverberate in many aspects, for example, in the economy. Not that we lacked crises before that date, but the peculiarity of this one is the fact that society was increasingly polarized due to a perception of political groups immersed in substantial ethical crises, to the point of building a strong rejection of politics as an element of cohesion and

¹ Graduando no curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus I Campina Grande, cidade de Campina Grande, Paraíba. E-mail: diasnogueiravalter@gmail.com;

² Graduado em Letras Inglês pela UEPB, mestrado pelo PPGLE da UFCG, membro do grupo de estudos de formação docente em línguas estrangeiras – GEFDLE – UEPB e professor substituto na UEPB. E-mail: mikesousajunior@gmail.com.

conflict resolution. In this context, our objective was to analyze how Brazilian Society and state are represented in the lyrics of the song “óbitos”, composed by Arnaldo Antunes and released in 2015. For methodological purposes, we used the qualitative approach of research, according to Bogdan and Biklen (1994). As a research method, we used the bibliographic and descriptive study, according to Santos et. al. (2007), Gerhardt and Silveira (2009), and the lyrics of the song “óbitos” from the album “Já É” was used as corpus to be analysed. The analysis made it possible to show that there is a disparity within society in terms of perception. For the author of the lyrics, those who make up political society do not represent those who chose them to do so, as their actions do not necessarily support and improve those who belong to the civil society, there is a view that the first is always ready to harm the second, as those in the political sphere are represented by the author of the lyrics, so that they always end up helping to promote injustice and even death through their actions or omissions in the Brazilian political scene in 2015.

Keywords: Political society; State; Arnold Antunes; Politics.

1 INTRODUÇÃO

Sociedade é um conjunto de membros de uma coletividade subordinados as mesmas leis ou preceitos, isto é, uma união de várias pessoas que acatam um estatuto ou regulamento comum. Nesse sentido, podemos considerar o Brasil, seu território e povo, uma sociedade já que é formado por aproximadamente 210 milhões de pessoas, sob o direcionamento da Constituição Federal (CF) vigente, desde 1988. No entanto, a sociedade brasileira vem passando por algumas mudanças e manifestações populares por parte de grupos sociais, desde o ano de 2013, época que ficou historicamente conhecida pelas Jornadas de Junho ou simplesmente junho de 2013.

Por isso, faz-se necessário mencionar o período de 2013 a 2015 no cenário político brasileiro, para entendermos o contexto histórico político e social no qual se encontra o Brasil atualmente. A crise econômica na qual o Brasil começou a atravessar, em meados do ano de 2014, quando a forte recessão levou ao declínio do Produto Interno Bruto (PIB), com encolhimento de 3,5% em 2015 e fortes consequências em anos subsequentes. Contudo, essa crise já vinha acompanhada por outra que se mostraria tão ou mais grave, a política, evidenciada a partir do ano de 2013 por causa das “Jornadas de Junho” que trouxeram para as ruas formas vivas de fazer política, uma nova estética, polifônica, sem palanque, nem carro de som.

Elas mostraram a diversidade das lutas e a quantidade de gente que interpelou o Estado e a sociedade de formas muito diferentes das tradicionais com cartazes e gritos: “Da Copa eu abro mão, quero dinheiro para a saúde e educação!”, “Tarifa Zero! Não são só R\$ 0,20!”, “Fora Renan!” “Abaixo a corrupção!”, “Reforma política já!”. O mar de gente nas ruas sinalizava a tão profunda crise política brasileira, os partidos e todo o sistema político eram incapazes de vocalizar as demandas e tão pouco conseguiam processar os conflitos que as manifestações traziam à tona.

Diante disso, observou-se o desejo por construção e modificações no campo da política até então existente, buscando abrir caminhos para o direito de participação mais direta e efetiva da sociedade civil. No ano seguinte, 2014, ano que marca a

corrida eleitoral à presidência que teve Dilma Vana Rousseff (PT³) eleita para o segundo mandato consecutivo e quarto do Partido dos Trabalhadores, derrotando o então candidato Aécio Neves da Cunha (PSDB⁴), com uma estreita margem de votos. Como a margem foi pequena, o candidato derrotado questionou os resultados e com isso, o país ficou dividido, contexto que foi somado ao problema econômico e a insatisfação dos que reelegeram a presidente, culminando no aumento generalizado de protestos sistemáticos em todo o país contra o governo reeleito, sobretudo por insatisfações na economia.

Diante dessa situação e do caos político e econômico, para atender às reivindicações que a cada dia só cresciam, o Governo Federal anunciou medidas emergenciais com a ajuda do Congresso Nacional, na chamada “agenda positiva”, votou várias concessões. Nesse momento, também se destacava a Operação Lava Jato que trouxe à tona esquemas de corrupções envolvendo a sociedade política, agravando ainda mais o descontentamento da sociedade civil. Nessa situação, entram duas figuras marcantes perante o governo Dilma, o vice-presidente Michel Temer (PMDB⁵) e o deputado e também presidente da câmara, Eduardo Cunha (PMDB), dentre outros elementos figurantes na política nacional, que rompem relações com o Governo Federal.

Associado a isso, a sociedade via o país embarcando em uma recessão, aumento do desemprego, crescente alta dos juros, inflação batendo à porta ocasionando aumento da desigualdade social, a indústria e o comércio fechando suas portas, aumentando ainda mais o desemprego já mencionado e colocando em baixa o consumo das famílias pelas altas dos preços.

Por causa do cenário descrito, as manifestações de rua não eram as únicas que clamavam por mudanças na sociedade. As reivindicações e críticas também estavam surgindo da arte, da música, dentre outras frentes, por exemplo, a música “óbitos”, lançada no álbum “Já É”, letra de Arnaldo Antunes e melodia de Péricles Cavalcanti. O cantor tem um nome forte no rock nacional da década de 1980, foi um dos fundadores e líderes de uma das bandas de maior sucesso da música brasileira, os Titãs.

Arnaldo Antunes utiliza recursos oriundos de tendências literárias distintas para construir seus poemas como o Concretismo e claro a Poesia Marginal, A música acabou por ser uma ferramenta utilizada para transmitir o sentimento do povo diante de tantas situações que estavam causando danos nos mais diversos aspectos da vida em sociedade. Levando isso em consideração, apresentamos a problemática que deu origem a este estudo, como a Sociedade e o Estado brasileiros estão representados na letra da música óbitos, de Arnaldo Antunes?

³ O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro, integra um dos maiores e mais importantes movimentos ditos de esquerda da América Latina, foi fundado por um grupo heterogêneo, formado por militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo. Disponível em: <https://pt.org.br/>.

⁴ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é um partido político brasileiro de alinhamento atual entre a centro-direita e a direita. Fundado em 1988 e registrado definitivamente em 1989, surgiu a partir de uma cisão do PMDB, à época, que mesclava a socialdemocracia, a democracia cristã e o liberalismo econômico e social. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/>.

⁵ Desde sua fundação em 1966 até 2017 foi denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), surgiu em 15 de janeiro de 1980 e teve seu registro deferido em 30 de junho de 1981 após a nova Lei dos Partidos Políticos ter resgatado o pluripartidarismo. Em agosto de 2017, a legenda decidiu, através de seu presidente, Romero Jucá, que voltaria a se chamar MDB, como na década de 70. A mudança foi uma tentativa de amenizar o desgaste político devido à crise política de 2014. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/>.

Para responder ao questionamento levantado na pesquisa, foi estipulado o objetivo geral de analisar como a sociedade e o estado brasileiros estão representados na letra da música *Óbitos*, de Arnaldo Antunes. Para alcançar essa finalidade, os seguintes objetivos específicos foram estipulados, I) Abordar teoricamente os conceitos de sociedade e estado; II) Discutir o conceito de discurso e de ideologia; III) Interpretar, à luz da teoria trazida no estudo, a letra da música *Óbitos*.

Para fins metodológicos, optou-se pela abordagem qualitativa apresentada por Bogdan e Biklen (1994) que evidenciam cinco pressupostos norteadores a esse tipo de pesquisa, a saber: a fonte direta dos dados é o ambiente natural; os dados são analisados de forma descritiva; interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados; o significado dado pelos sujeitos é de importância vital na pesquisa e, por fim, uma pesquisa assim tende a analisar os seus dados de forma indutiva. Como *corpus* a ser analisado, fizemos uso da letra da música *Óbitos*, de Arnaldo Antunes.

Diante das considerações apresentadas, salientamos que este artigo está dividido em introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão, conclusão e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção da pesquisa, apresentamos os fundamentos teóricos utilizados para embasar o estudo. Fizemos uso das contribuições de Fernandes (2008), Pêcheux (2008), Rodrigues e Xavier (2019), Orlandi (2007), Thompson (2011), Gramsci (apud Oliveira, 2013), Bobbio (1982), Weber (2003) e Marx (1965 *apud* BRANDÃO, 2012). Por fim, pontuamos que esta seção está subdividida nos seguintes tópicos: (I) Discurso; (II) Ideologia; (III) Sociedade, e (IV) Estado.

2.1 Discurso

Discurso é a exposição de ideias, proferida em público, feita de improviso ou antecipadamente escrita com esse propósito; ou ainda, oração, fala ou conjunto de sentenças e enunciados que demonstram o modo comportamental ou as ações particulares de um grupo, ideologia, assunto etc., por exemplo, discurso religioso.

Discurso é uma palavra bastante ouvida no cotidiano, é objeto de estudo da disciplina de Análise do Discurso (AD), por vezes muito usado em pronunciamentos políticos. Mas o que é discurso? O que se entende por discurso?

Segundo Fernandes (2008), discurso tomado como objeto da Análise do Discurso não é somente a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Assim, o discurso tem uma qualidade exterior à língua, envolvendo-se mais com assuntos de natureza ampla e não exatamente linguísticos.

Nesse sentido, faz-se necessário romper com essas concepções cotidianas e aplicar à noção de discurso o caráter científico para que se analise e defina o dado objeto de estudo. Com esse pensamento, pode-se afirmar que o discurso é exterior à língua e é situado no social envolvendo questões que vão além daquelas de natureza unicamente linguística (RODRIGUES; XAVIER, 2019).

Pêcheux (2008) e Rodrigues e Xavier (2019), afirmam que devem ser considerados não os significados fixos da palavra, mas sim os sentidos que ela adquire em função das formações ideológicas nas quais os sujeitos se inscrevem.

O discurso analisado está relacionado intimamente ao papel social exercido pelos sujeitos. Esse papel está preenchido por questões ideológicas que norteiam a construção de sentido por parte de seus interlocutores, e “(...) a língua tem autonomia relativa e é a entrada para dar forma ao discurso” (ORLANDI, 2008, p.68).

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

Para Orlandi, discurso é e está relacionado às palavras que se movimentam com a prática da linguagem. Sendo assim, para o autor o estudo do discurso observa o homem falando.

Nesse sentido, nas ideias de Pêcheux (2008), vemos um pensar teórico concernente a uma abordagem diferente em relação ao conhecimento, nem aplicação ou tampouco instrumento de pesquisa para analisar a linguagem e a prática do social em funcionamento. Para ele, é impossível analisar um discurso apenas como um texto, pois ele faz parte de um estado já fixo das condições de produção no qual o tecido é a exterioridade histórico social que o constitui.

Dada a importância do discurso em analisar o corpus aqui submetido, finalizamos com Orlandi (2007) ao deixar claro que o discurso não se trata da passagem de informação ou um processo linear, no qual alguém fala e o outro assimila, não é continuado, não é uma fala proferida para ser apenas decifrada. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso.

Entre tantas vias, ficamos com o entrecruzamento das vias no que diz Pêcheux:

Dizemos em francês que não se “pode ir por quatro caminhos” quando se vai direto ao essencial..., mas qual seria, no caso, essa via maravilhosa do essencial, pela qual o “negócio” do qual pretendo lhes falar colocar-se-ia sob seus olhos como um filme sem volta nem retoque? Considerando essa via como um mito religioso, prefiro me esforçar em avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso), retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois. (PÊCHEUX, 2008, p.18,19).

Deixamos claro que, na análise do corpus desse trabalho, utilizamos muito a evidência do discurso, a letra da música nos mostrou tantos outros discursos, mas qual caminho percorrer? Seguimos com o entrecruzamento apontado por Pêcheux (2008), nesse sentido costuramos nossa “teia”, uma “colcha de retalho” ou até mesmo uma obra de “bricolagem”. A ideologia usa o discurso como sua ferramenta mais eficaz, por isso, a seguir, apresentamos brevemente o que é e o que constitui a ideologia.

2.2 Ideologia

Com base no “Dicionário de conceitos políticos” do ILP, Ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias que expressam uma visão distorcida da realidade. Desse modo, expressa a lógica interna da ideia que assume a pretensão de explicação total. Conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada do real, que se dá através da ideologia dominante. O termo ideologia foi

usado inicialmente pelo francês Destutt de Tracy em 1776, usado como arma nas brigas políticas no campo da linguagem. De acordo com Thompson (2011), é possível perceber que o termo ideologia é visto de semelhante modo como se descreve nos dicionários. Sendo assim, para o autor, a ideologia deveria ser suscetível de exatidão, útil e ser positiva. Com esses parâmetros citados, podemos dizer que ideologia seria como a justificativa que o conhecimento científico utiliza para envolver várias ideias, então ela seria a primeira ciência, a ela é atribuída a ciência de estudar as ideias (THOMPSON, 2011).

Ainda segundo Thompson (2011), quase ninguém se proclamaria um ideólogo, muito embora muitos diriam ser conservadores, de esquerda, de direita, liberais ou feministas, pois ideologia é o pensamento do outro, algo diferente de nós que não é intrínseco. Ter a alcunha de ideólogo significaria ser criticado, pois ideologia transmitia algo negativo. O conceito de ideologia tem sido considerado, predominantemente, de duas maneiras, primeiro é tido como um sistema de ideias os 'ismos' (socialismo, liberalismo, marxismo, etc.). O segundo é considerado muito ambíguo e contestado, por isso, abandonado. Para recuperar esse campo essencial às suas proposições, estuda as várias fases do conceito e seus contextos teóricos e sócio históricos.

Fernandes (2008), destaca que ideologia seria uma concepção de mundo do sujeito inscrito em um dado grupo social em uma circunstância histórica. Logo, linguagem e ideologia são ligadas, está se materializa naquela.

Já Marx (1965 *apud* BRANDÃO, 2012) encara a ideologia negativamente. Surge de uma crítica sua aos filósofos alemães que a representavam de forma abstrata, não relacionando a filosofia alemã com a realidade do país. Para o autor, a ideologia é um sistema organizado de regras e normas, ideias ou representações que atuam e funcionam de maneira separada das condições materiais, pois é formulado por teóricos e ideólogos que não estão ligados à produção material das condições de existência.

Para Thompson (2011), Marx é importante para a história do conceito de ideologia, mas o que ele escreveu não traz um olhar coerente e único. Assim, Marx e Engels estariam interessados em colocar os termos que consideram importantes para a prática da filosofia (alemã) de Hegel como se fosse única “descida do céu para terra”, indo na contramão, Thompson afirma que “aqui nós subimos, da terra para o céu” (THOMPSON, 2011, p. 51).

A formação da "pura" teoria, teologia, filosofia, ética e "toda essa bugiganga de coisas", como Marx e Engels provocativamente colocam, marca a emergência da ideologia como doutrinas e atividades teóricas que se consideram autônomas, quando de fato não o são. (p.53).

Em síntese, a ideologia foi entendida como uma ciência responsável por estudar as ideias, mas notou-se que ela não poderia ser cientificamente concebida porque faz parte e influencia os acontecimentos/eventos sociais materializados pelos sujeitos. Nesse sentido, entendemos a ideologia como um elemento abstrato composto por um conjunto de conceitos, pensamentos e crenças que embasam as ações dos sujeitos em sociedade. Diante dessas considerações, apresentamos a próxima subseção que aborda o que é sociedade.

2.3 Sociedade

No Dicionário de Sociologia a enumeração e a classificação das sociedades globais são uma das tarefas que os sociólogos se atribuíram desde a constituição da

sua disciplina. Os inventários e as tipologias que daí resultaram manifestam, pela sua própria diversidade, a relatividade de uma empresa que está em primeiro lugar estreitamente dependente dos critérios escolhidos. Além disso, uma hierarquização das diferentes formas de organização social acha-se aí muitas vezes sub-reptícia ou abertamente associada.

Gramsci (apud Oliveira, 2013), por sua vez, traz o conceito de sociedade fragmentado em duas partes. A primeira delas é a sociedade civil, que seria o conjunto de organismos privados. Para o autor, ela representa a hegemonia exercida na sociedade pela classe social dominante. A segunda seria a concebida como a sociedade política que corresponde às funções coercitivas de dominação direta sobre a sociedade, representada pelo Estado e pelo aparato jurídico. Ou seja, ela representa o momento da força e da coerção, “um Estado em sentido estrito”, ou simplesmente, “Estado-coerção”, ou seja, sempre exerce uma função ditatorial, ou, mais precisamente, uma dominação pela força.

Ao chegar nos conceitos de sociedades civil e política, Gramsci propõe a formação do Estado em um conjunto composto por ambas as esferas representadas pela seguinte equação: Estado = sociedade civil mais sociedade política, ou, $E = sc + sp$. Ele denominou essa formação do Estado como hegemonia revestida de coerção.

Bobbio (1982) aborda o entendimento de sociedade nas concepções estabelecidas por Hegel e Marx. De acordo com o autor, Hegel vê a sociedade civil como pré-política, instância na qual se travam as relações Pré-estatais. Para Hegel, a *bürgerliche sellschaft* é o reino, o lugar da miséria, das corrupções física, moral e ética, que deve ser primeiro dominado e depois erradicado na ordem superior do estado.

Nesse sentido, Hegel propôs um esquema que se divide em três partes ou entes da vida social distintos: a família, a sociedade civil e o Estado. Para ele, a sociedade civil é um intermediário entre a família e o Estado e não abrange todas as relações e instituições Pré-estatais. Na concepção de Marx, Bobbio (1982) indica que a sociedade civil é algo que se estende a toda a vida social Pré-estatal, como o momento das relações econômicas que precede e determina o momento político.

Assim, o autor estabelece uma analogia do conceito de sociedade civil em Gramsci e em Marx, mas essa comparação não parte do que as visões de ambos têm em comum, mas sim no que Gramsci distingue da visão de Marx. Ao formular seu conceito de sociedade civil, Gramsci não passa por Marx e vai direto para Hegel, com isso ele afirma em sua obra “Note sul Machiavelli” que a ela é como um conjunto dos aparelhos privados de hegemonia. Nesta formulação, ele se afasta do sistema de relações econômicas nas quais Marx se pautou quando formulou sua tese, e toma como objeto as instituições que regulamentam tanto a economia quanto as relações sociais, bem como a vida cultural em geral.

Diante disso, Gramsci desloca a sociedade civil que era retratada como uma estrutura que não tomava partido nas decisões do Estado para a superestrutura. Neste contexto, as classes buscavam exercer sua hegemonia, ou seja, buscariam ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso.

Analisando os conceitos de sociedade civil, notamos que em Marx e em Gramsci, é ela que representa o desenvolvimento histórico e não o estado como em Hegel. De modo que, em Marx esse momento é ativo, positivo e estrutural enquanto para Gramsci é superestrutural.

Em síntese, é possível entender, de acordo com o exposto, que a divisão da sociedade em civil e política é pertinente e que cada uma apresenta características que as especificam. No entanto, não as entendemos como dissonantes. Em nosso pensamento, a sociedade política é dependente da civil, pois foi criada e legitimada

em função dela e é composta por sujeitos que migram da sociedade civil. Por entender que a Sociedade vem antes do Estado, podemos dizer que esse é uma ordem política da Sociedade que se forma de um conjunto de instituições públicas, nesse pensamento, faz-se necessário entendermos o que é Estado.

2.4 Estado

Para o “Dicionário de conceitos políticos” do ILP, Estado, em linhas gerais, consiste na organização das instituições políticas em um determinado território, com o objetivo da promoção do bem comum, possuindo características próprias no contexto histórico a ser analisado. Trata-se provavelmente do “mais central conceito no estudo da política e a sua definição é, conseqüentemente, objeto de intenso debate acadêmico”.

Assim, pode-se dizer que os elementos constitutivos do Estado são: poder que é o elemento político e pode ser definido como a capacidade que o Estado tem de se auto administrar e de exigir das pessoas que se encontram em seu território a fazer algumas coisas ou a não fazer outras, utilizando-se, se for útil a força. Ele mesmo cria as leis e faz com que elas sejam obedecidas; povo é o conjunto de pessoas que, reunidas, formam sua população, tendo com o Estado uma associação jurídica permanente; território refere-se ao espaço físico ocupado pelo povo e corresponde à área em que o Estado exerce o seu poder, onde ele impõe suas leis, por fim, a soberania está associada ao respeito à ordem jurídica de um Estado nacional pelos demais países.

Para Weber (2003), o que define Estado é “o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território” (WEBER, 2015, p.62). Em outras palavras, o Estado é a única entidade que possui o poder real e verdadeiro de lançar mão do uso da força como forma de intervenção, para cobrar, taxar e punir caso se verifique a necessidade, nas ações dos sujeitos que estão submetidos à sua competência, no caso de uma democracia, os cidadãos.

O Estado se divide, em sua forma moderna, em um conjunto de instituições permanentes que fazem a organização e controlam sua sociedade, os chamados três poderes, executivo, legislativo e judiciário. Bobbio (1982) mostra que de Hobbes a Hegel, no pensamento político moderno, junto das teorias realistas, o Estado é gerado como uma sociedade racional única, pura, na qual o homem é capaz de viver conforme a sua razão e/ou natureza.

Weber (2015) acentua que o Estado nasce com a violência, normalmente não seria a violência do Estado, mais este e aquela, andam intrinsecamente juntos, pois:

O Estado implica uma relação de dominação de homens sobre homens apoiada sobre o recurso da violência legítima (ou seja, considerada como legítima). Para que ela exista, os homens dominados precisam se submeter, portanto, à autoridade requisitada por aqueles homens respectivamente dominantes (WEBER, 2015, p.63).

Gramsci, segundo Bobbio (1982), através dos Cadernos de Cárcere, indicou que o Estado não termina nele mesmo, pois é um aparelho, um instrumento, representa o interesse particular e não de todos, e é uma entidade condicionada pela sociedade subjacente, portanto, a essa subordinada. Esse Estado não é duradouro, mas passageiro a partir das devidas mudanças ocorridas na sociedade (que está por baixo/alicerce formação do Estado).

Nos Cadernos de Cárcere sobre Estado, pode-se observar sempre quatro aspectos: instrumental, particular, subordinado e transitório. Percebe-se que Gramsci traz consigo um pensamento mais aberto sobre Estado, não nega Marx. Contudo, ele

amplia o significado, não seguindo a ideia de estrutura, mas de superestrutura. Ao analisar esses aspectos, entende-se que o Estado nada mais é do que uma sociedade constituída por um grupo de indivíduos organizados, como: os grupos familiares, profissionais, educativos, políticos, religiosos, que buscam objetivos em comum.

3 METODOLOGIA

Nesta seção do trabalho, apresentamos suas características metodológicas como classificação, abordagem e tipo de estudo.

3.1 Motivação da pesquisa

O presente trabalho é oriundo de uma inquietude em compreender o que ocorreu na sociedade brasileira civil e política, entre os anos de 2013 a 2015, que culminou com o impeachment da então presidente Dilma Vana Rousseff. Diante desse desejo, e como já mencionado nesse trabalho, encontramos na música *óbitos* (2015), letra de Arnaldo Antunes e melodia de Péricles Cavalcanti, uma possibilidade plausível de explicação para o questionamento apresentado na introdução desta pesquisa.

3.2 Classificação da pesquisa

No que se refere às abordagens metodológicas utilizadas para produzir esse trabalho, encontramos na pesquisa documental e na Análise do Discurso (AD) com enfoque na noção de recorte, respaldos para a produção do mesmo. A pesquisa do tipo documental consiste na investigação através de documentos, nesse caso a música *óbitos*, nos quais é possível encontrar informações sobre o assunto abordado em várias fontes, como revistas, entrevistas, sites, redes sociais, dentre tantas outras, sendo que esses são previamente publicados, conforme afirma Santos *et. al.* (2007) e são de grande valia para o entendimento do pesquisador.

Ainda como metodologia adotamos a pesquisa qualitativa por entender que é a que mais se aproxima das análises feitas no objeto de estudo, pois ela tem como pressuposto o meio natural, a análise descritiva, as subjetividades inerentes ao processo de constituição e análise para se chegar aos resultados aqui entendidos como um processo e não como fim em si mesmo.

Bogdan e Biklen (1994), indicam os cinco pressupostos indispensáveis a pesquisa qualitativa. Para eles, a fonte direta dos dados é o ambiente natural e não ambientes artificiais criados em laboratório; os dados devem ser analisados de forma descritiva; interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados; o significado dado pelos sujeitos é de importância vital na pesquisa; e, por fim, tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Nesse tipo de metodologia entende-se ainda que o pesquisador não é um sujeito neutro no processo, embora cabe a ele tentar se distanciar ao máximo possível para poder analisar os dados que compõe o *corpus*.

3.3 Dados da análise

Na Análise do Discurso vemos o embate entre a teoria e interpretação do autor, conforme ressaltou Pêcheux (1997 *apud* FERNANDES, 2008). Em linhas gerais a AD,

é uma ciência que estuda o discurso, vale salientar que para esse objeto para ser considerado científico faz-se necessário que os sentidos ditos comuns atribuídos à palavra discursos sejam retirados. Nesse aspecto, o discurso é a expurgação do pensamento através da língua.

Dentro do conceito de AD, frisamos a noção de recorte que foi evidenciada pela estudiosa Orlandi (1984 *apud* FERNANDES, 2008) que analisa e entende, como uma unidade discursiva, fragmentos correlacionados de linguagem e um fragmento da situação discursiva, ou seja, reporta-se ao objeto de análise determinado, selecionando pequenas partes, focando nos objetivos que são pertinentes ao estudo (FERNANDES, 2008).

Por fim, sobre o corpus de análise deste trabalho, salientamos que a música *óbitos* foi escolhida por conter na descrição, na sua letra, a sociedade brasileira ali contida e representada, por onde passa em suas estrofes muitos discursos, falas e sentimentos. Esclarecidas as características metodológicas deste estudo, apresentamos, a seguir, a seção de análise e discussão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A música *óbitos* é pertencente ao álbum “Já É”, letra de Arnaldo Antunes e melodia de Péricles Cavalcanti. Eles são artistas brasileiros e compositores de poemas, músicas etc. Em suas obras, ambos abordam diversas temáticas, dentre elas a situação política brasileira. Escrita⁶ em 2015, a música⁷ é marcada com o ritmo ou pegada do gênero musical *reggae*, de acordo Antunes, em uma entrevista concedida a Billboard Brasil, a sua música tem o objetivo de retratar situações e ações nas quais evidenciam as pessoas que matam de maneira indireta:

“(...) eles não pegam em armas, só em canetas e papéis. Mas matam mais com suas leis do que atiradores (...)”.

A música traz consigo várias falas, discursos e temáticas evidenciadas, por exemplo, na parte supra citada onde ela nos fala que existe um “eles” que não precisa utilizar armas de fogo para matar, todavia matam mais que atiradores cruéis, esse (eles) simboliza a classe política, sobretudo, o parlamento nacional com deputados e senadores do sistema (sistema ainda vigente nos dias atuais) de governo (2015⁸) que é responsável pela criação e aprovação de leis validadas por seus votos e suas assinaturas. Esses atiradores cruéis são aqueles que criam suas próprias leis para justificar a maneira como procedem.

É possível perceber que a música faz uma comparação entre os parlamentares e o sistema composto por eles ao associá-los a atiradores cruéis, suas canetas e seus papéis são assemelhados a armas de fogo, não matam diretamente, mas asseguram uma consequência, pois envolvem um número mais elevado de vítimas. Essa forma de comparar contextos diferentes é entendida por Fernandes (2007) como interdiscurso que se caracteriza pela presença de diferentes discursos (eles:

⁶ Entrevista disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/arnaldo-antunes-entrevista-sobre-seu-novo-disco-ja-e>. Acessado em: 02 de setembro de 2021 às 16:25. Letra disponível nos anexos.

⁷ Música disponível em: https://www.arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_sel.php?id=819. Acessado em 02 de setembro de 2021 às 17:52

⁸ A música *óbitos* foi escrita no ano de 2015 composta de crítica ao governo da época. Entrevista disponível no link da nota de rodapé.

parlamentares e atiradores cruéis), momentos históricos e lugares sociais dentro de uma formação discursiva (a música óbitos).

De acordo com o seguinte trecho:

“(...) estatutos de escorpiões despachos de cascavéis cobertos de suas razões dos cabedais até os(...)”

Ao observar o contexto no qual a palavra “estatutos” foi colocada, podemos notar que ela representa algo determinado e reconhecido como válido para justificar determinadas atitudes tomadas por aqueles “eles” (parlamentares/políticos) que criaram os estatutos e os fazem ser aceitos por todos.

Já do ponto de vista daqueles que não fazem parte diretamente da formulação dos estatutos e leis, há a percepção de que não está havendo justiça, pois os escorpiões travestidos de parlamentares, utilizam do poder em benefício próprio e, de acordo com Bobbio (1995, p.145), no que se refere à justiça, ele a considera como um problema de correspondência entre aquilo que é real e o que é ideal: normalmente justiça considerada justa seria aquela como deveria ser, enquanto a injusta aquela que não deveria sequer existir. O senso de injustiça criticado na música é percebido quando “escorpiões” é utilizado para descrever a figura dos políticos e/ou parlamentares, responsáveis por criarem as leis.

Esse mal-estar todo é mensurado pela falta de justiça e destacado por parte daqueles que estão de fora do processo de criação e aprovação direta dos estatutos, criando uma desarmonia na sociedade. Podemos perceber essa angústia na letra analisada quando o autor destaca que:

“(...) Assinam assassinatos e deliberam as guerras, exercem os seus mandatos alimentando misérias (...)”

De acordo com o trecho acima, é possível compreender que os que criam as leis estão num mundo diferente daqueles que as seguem na sociedade. Nessa ótica, a sociedade, de acordo com parte destacada, é representada de maneira fracionada entre os que assinam assassinatos, leia-se “assinam as leis”, promovendo suas guerras e os que pagam por todas as consequências das atitudes tomadas, ou seja, a população que está do lado oposto, onde os mandatos não trazem consigo soluções para a miséria, pois não se preocupam com os mais pobres e vulneráveis socialmente e na contramão do certo corroboram para alimentar o crescimento do que só traz o mal.

Associando a análise do trecho acima com os pensamentos de Gramsci (1995 apud Oliveira, 2013) sobre a sociedade política, percebemos que os que “assinam” pertencem a essa sociedade, pois agem por meio do poder coercitivo, da força, do aparato de repressão que o Estado possui para que esses eleitos usem o poder vindo de seus voto e assinaturas para aprovar leis em benefício de todos, mas acabam usurpando esse direito em benefício próprio, como também podemos inferir do trecho a seguir:

“(...) cobertos de suas razões dos cabedais até os (...)”

Consoante o excerto acima, é possível afirmar que o “eles” são autores das suas próprias vontades em detrimento das dos outros. Ou seja, há uma sociedade que não condiz com a realidade social da população, pois essa minoria que é

legitimada através do poder que lhes foi dado, o de legislar, mesmo que seja através das suas razões e da força, usa o Estado de maneira equivocada ou deliberada para criar privilégios para si criando, assim, iniquidades, ou seja, injustiças em uma nação tão carente de justiça.

A análise do conceito de sociedade em Gramsci (1995 *apud* Oliveira, 2013) fragmenta-se em duas partes, com citado anteriormente. Ao que parece, ele se refere ao Estado de Gramsci composto por duas esferas, sendo elas sociedade civil e política, no qual pontua-se a formação do Estado como hegemonia revestida de coerção, corroborando também a ideia de Weber (2015), na qual o Estado submete os homens a sua autoridade e autoritarismo o que se traduz em coerção.

O “eles”, nessa concepção, atua de maneira similar a finalidade mínima da política proposta por Bobbio (1982 *apud* RIBEIRO, 2016) que seria a manutenção da ordem pública através da coerção, apesar de que não é pela ordem pública que “eles” (classe política) atuam. Nesse sentido, agem de forma autoritária e truculenta “cobertos de suas razões dos cabedais até os pés”, o “eles” não descreve nada bem características da arte do governar em prol de uma sociedade que são atribuídas à política pelo filósofo Aristóteles quando pensou sobre o assunto, mas ao contrário, fazem com que a política se restrinja apenas às instituições e em favor das mesmas, sem benefícios ao povo que dela carece.

Por fim, essa crítica contundente deixa claro que esse gerenciamento de pessoas que representam a política institucionalizada, a responsável pelas leis, não está atuando de maneira socialmente política e que também não mede as consequências de suas decisões para com os seus compatriotas. Aqueles que a música chama de “dominantes” agem em prol de si próprios, propondo ideias que os beneficiem acima de qualquer coisa. Assim como nos propõe Bobbio (1995), o direito seria justo se a justiça fosse uma verdade evidente e comprovável, de modo que não tivéssemos dúvidas a seu respeito.

5 CONCLUSÃO

Através do caminho trilhado neste trabalho, conseguimos observar os contextos social, histórico e ideológico da(o) música/corpus analisado em consonância com o objetivo estabelecido. Nesse sentido, para analisar o discurso sobre a sociedade e o estado descritos na letra da música *Óbitos*, foi necessário saber o aspecto sócio-histórico que ela carrega, pois foi produzida em algum lugar, em algum momento e baseada numa ideologia (PÊCHEUX, 2008).

A música é intitulada “*Óbitos*” e foi escrita por Arnaldo Antunes e melodia de Péricles Cavalcanti, no ano de 2015, e apresenta uma crítica ao contexto político da época, principalmente, aos parlamentares que são os responsáveis por criar e aprovar leis no Congresso Nacional. Em seus versos, foi possível verificar entendimentos a respeito da sociedade e do estado brasileiro, sendo a figura estatal representada pelos parlamentares que foram descritos como “atiradores cruéis” que “assinam e matam”.

Diante disso, foi possível verificar que a crítica foi muito incisiva e usa as figuras de linguagem para dizer que, mesmo exercendo um papel importante na sociedade, esse “eles” são como atiradores cruéis que, ao invés de armas, usam canetas e papéis e matam muito mais de forma indireta. Por fim, ressaltamos que morte a qual a música se refere traz consigo um grande peso, pois ela não é só física, mas também moral, ética, econômica e social. E isso demonstra a existência de uma sociedade refém de um estado que ela criou para resolver problemas e não lhe destruir.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. **Gramsci a concepção da sociedade civil**. 1982, p. 19-53.
- BOBBIO, N. **O Positivismo Jurídico**: Lições de Filosofia do Direito. Trad: Márcio Pugliesi, Edson Bibi, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.
- BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora. 1994.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso** - reflexões introdutórias. São Carlos: Clara Luz, 2008
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- RODRIGUES, A. L.; XAVIER, M. M. **Nas trilhas do discurso**. Revista Saridh – Linguagem e Discurso, v. 1, n. 1, 30 maio 2019.
- PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlando – 5º ed, Campinas, SP, Pontes Editora, 2008.
- ORLANDI, E. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2008.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. **Paráfrase e Polissemia**: a fluidez dos limites do simbólico. Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p.09-19.
- RIBEIRO, P. S. "Ideia de Política em Norberto Bobbio"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/ideia-politica-norberto-bobbio.htm>. Acesso em 06/09/2021.
- SANTOS, G. R. C.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. (Trad.) Marco Antônio Casanova, São Paulo, Editora: Martin Claret, 2015.

ANEXO I – LETRA DA MÚSICA ÓBITOS

Óbitos

Arnaldo Antunes / Péricles Cavalcanti

eles não pegam em armas
só em canetas e papéis
mas matam mais com suas leis
que atiradores cruéis

estatutos de escorpiões
despachos de cascavéis
cobertos de suas razões
dos cabedais até os pés

óbitos, óbitos, óbitos
cada vez mais
óbitos, óbitos, óbitos
nunca é demais

assinam assassinatos
e deliberam as guerras
exercem os seus mandatos
alimentando misérias
lágrimas, lágrimas, lágrimas
cada vez mais
lágrimas, lágrimas, lágrimas
nos funerais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de viver e conseguir essa conquista, pois sem Ele nada posso fazer. Externo minha gratidão também a minha querida esposa e ao meu filho, por todo apoio e compreensão ao longo de toda nossa jornada. Agradeço ao meu professor e orientador Michael Gouveia, sigo seu exemplo de ser um exímio docente, e a todos os professores da graduação, obrigado por todo conhecimento compartilhado.